

continua

Continuação

PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA - PMBSA

CNPJ 92.703.308/0001-75
Rua Irmão José Otão, 11 - Porto Alegre - RS CEP 90035-060

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

d) Títulos e Valores Mobiliários LP: Aplicações financeiras com prazo de resgate superiores a 360 dias (um ano), com instituições que atendam a pelo menos um dos critérios: classificação de Rating seja AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou Instituições controladas pelo Governo Federal.

Títulos e Valores Mobiliários

Total	44.371.624,11	26.882.652,15
Banco Daycoval LF	4.436.800,46	4.152.007,38
Banco Safra S/A	2.116.151,60	5.028.581,84
Banco BTG Pactual S/A	15.215.247,79	6.414.271,85
Banco XP Investimentos S/A	5.918.411,87	5.621.357,66
Banco BNBC Bank	9.012.192,23	4.661.434,84
Banco Bradesco	1.255.015,71	-
Banco BPlace Securitizadora	1.847.921,86	-
Banco Sicob	1.112.195,25	-
Banco Investimentos Auroque	3.427.987,34	1.003.988,58

8 - INVESTIMENTOS:

a) Os investimentos são compostos por ações junto à empresa Brasil Telecom no montante de R\$ 8.918,07 e propriedade para investimento, conforme demonstrado abaixo. Em 2022 a Entidade aplicou pela primeira vez o CPC 28 - propriedade para investimento, resultado no saldo inicial do exercício de 2023. Para o exercício de 2023 não ocorreram movimentações na conta de propriedade para investimento.

Propriedade Para Investimento

Saldo Inicial	Valor Transferido	Imobilizado	Ajuste Avaliação Patrimonial	Atualização Valor Justo	Saldo Final
Total	1.521.413.690,98	-	-	-	1.521.413.690,98
Imóveis	1.488.543.930,04	-	-	-	1.488.543.930,04
Terrenos	32.869.760,94	-	-	-	32.869.760,94

9 - IMOBILIZADO:

a) Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2023:

Imobilizado

Saldo Inicial	Aquisições	Imobilizado	Transferências	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Final
Equipamentos de Informática	181.303,01	724.465,13	(541.414,85)	-	(103.405,42)	260.947,87
Máquinas e Equipamentos	133.610,01	146.432,34	(3.236.705,46)	-	(50.780,48)	3.465.958,33
Móveis e Utensílios	815.418,94	1.544.495,36	(1.489.608,53)	-	(201.442,52)	768.984,25
Prédios	9.125.838,02	2.564.772,60	(2.564.772,60)	-	(889.494,73)	8.899.494,73
Terrenos	17.437.509,85	17.123.885,05	(17.148.999,81)	-	(17.412.395,09)	17.412.395,09
Veículos	152.947,13	647.622,90	(17.685,68)	-	(321.418,64)	830.465,71
Imobilizado em Andamento	3.274.492,88	250.181,22	(3.343.339,39)	-	-	181.334,71
Total	31.490.121,84	23.191.894,80	(21.983.115,40)	(903.410,35)	-	31.819.459,89

b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014 foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o CPC 28 - Propriedade para Investimento, reestruturando os registros dos Imóveis destinados para renda que estavam alocados no Ativo Imobilizado, transferindo para o grupo Investimento no Ativo Não Circulante. Além dessa reclassificação contábil, também foi realizado a avaliação pelo método do valor justo, atualizando os valores dos imóveis, através de laudos técnicos emitidos por empresa especializada nessa atividade. Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:

Conta Patrimonial

Equipamentos de Informática	10 Anos
Imóveis - Propriedade para Investimento	25 Anos
Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Móveis e Utensílios	10 Anos
Prédios	25 Anos
Software	5 Anos
Veículos	3 Anos

10 - PASSIVO CIRCULANTE:

a) Fornecedores: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se a obrigação for devido no período de até 360 dias (um ano). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A entidade não trabalha com Risco Seguro ou Confirmando.

b) Empréstimos e Financiamentos: Essa rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros com a finalidade de capital de giro e financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades da operação.

Instituição Bancária

Total	2023	2022
-	-	305.555,55
Banco Unicef	-	305.555,55

A entidade contraiu uma Cédula de Crédito Bancário (empréstimo) junto a Cooperativa de Economia e Crédito dos Médicos de Porto Alegre Ltda no montante de R\$ 3.000.000,00. Esse montante foi utilizado para a construção de uma Usina Fotovoltaica, com início do projeto de execução em 2022. A quitação da dívida se daria em 120 meses, sendo 12 meses de carência e 108 meses de amortização. Porém a entidade decidiu em quitar a dívida total no exercício de 2023.

c) Obrigações Trabalhistas: Essa rubrica é composta pelas conta de salários e encargos sociais a pagar.

d) Contas a Pagar: Essa rubrica é composta por obrigações com terceiros, com vencimentos de até 360 dias (um ano).

e) A Provisão constituída e demonstrada no Passivo Circulante refere-se às férias da folha de pagamento, com encargos correspondentes;

f) Receitas Antecipadas: Refere-se a garantia de caução de locação de imóvel.

11 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

a) Empréstimos e Financiamentos - LP: Essa rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros, com prazo superior a 360 dias (um ano), com a finalidade de financiar controles de projetos de expansão e inovações das atividades da operação. Como mencionado no Item 11.b, o financiamento foi todo quitado durante o exercício de 2023.

Instituição Bancária

Total	2023	2022
-	-	2.694.444,45
Banco Unicef	-	2.694.444,45

b) Outras Contas a Pagar é composta por obrigações a pagar com terceiros, com vencimentos de superiores a 360 dias (um ano).

Outras Contas a Pagar

Total	2023	2022
-	10.673.577,41	8.091.815,58
Juros a Pagar Alienação de Bens - Pmissão	-	8.091.815,58
a) As Provisões - LP referem-se à provisão constituída para cobrir perdas prováveis em ações Trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho. Este grupo representa nos anos de 2023 e 2022 respectivamente a seguinte composição.	-	-
Provisões - LP	64.500,00	59.500,00
Total	64.500,00	59.500,00

Provisão Indébita. Trabalhistas - LP

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía processos de natureza Trabalhista e Cível cuja probabilidade de perda é possível.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O PATRIMÔNIO LÍQUIDO é formado pelos bens da Entidade, com os acréscimos/decréscimos de superávits/déficits alcançados na execução dos objetivos estatutários.

b) Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores para o ano de 2023.

c) PATRIMÔNIO SOCIAL: Em atendimento ao CPC 28 - propriedade para investimento, foi realizado a atualização dos valores dos imóveis pelo método do valor justo (Valor de mercado) no exercício de 2022, mediante laudos técnicos emitidos por empresa de atuação nesse mercado. Para o exercício de 2023 não foi aplicado o CPC 28 - Propriedade Para Investimento, pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes, em virtude da atualização ter sido realizada no segundo semestre de 2022.

d) CRIAÇÃO E INCORPORAÇÃO: No exercício de 2023 ocorreu a incorporação da empresa Provincia Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA constituída com a natureza jurídica de Organização Religiosa, no montante de R\$ 13.274.707,39.

e) AJUSTE À VALOR PRESENTE: em cumprimento a Resolução CFC nº 1.151/06 que aprova (NSC (J 12) e a Lei 11.538/01, a entidade não efetuou o ajuste do valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes na demonstração de resultados.

f) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - (IMPAIRMENT): A entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.538/07, Deliberação do CVM No. 527, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NSC (J 12) e R4) e se obtiver indícios de que os montantes estejam registrados a valores não recuperáveis.

13 - RESULTADO:

O superávit do período de 2023 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.408/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Instituições sem finalidade de lucros em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit, se houver, será distribuído para os membros da entidade.

a) Eventualmente a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas. No exercício de 2023 foi recebido o valor de R\$ 1.000,00 e em 2022 R\$ 49.521,57. A redução do valor de doações, refere-se a preponderância que para 2023 passou a ser 100% como Organização Religiosa.

b) Em decorrência da reestruturação institucional a Entidade tem a sua preponderância como Organização Religiosa.

14 - COBERTURA DE SEGUROS:

A entidade mantém contratos de seguros para coberturas de riscos de seus bens do ativo imobilizado. Os bens imóveis e móveis estão seguros através de apólices de seguros com garantias totais de R\$ 114.512.839,33 e os veículos de R\$ 3.775.959,40.

15 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ARTIGO Nº 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO Nº 9 DO CTN - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL:

Imunidade tributária aos templos de qualquer culto, disposta pelo artigo 150, inciso VI da Constituição Federal, garante que qualquer entidade de cunho religioso seja imune a todo tipo de impostos governamentais no Brasil. Essa imunidade se aplica não somente aos impostos do âmbito onde ocorrem cerimônias religiosas, mas abrange também vendas e serviços relacionados a sua entidade mantenedora (que administra o funcionamento e garante recursos para outras entidades).

a) A Entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios, diretos ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto no artigo 5º do seu Estatuto Social;

c) A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme previsto no artigo 21 do seu Estatuto Social;

d) A Entidade mantém escrituração de seus receitas e despesas de forma digital através das declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua totalidade.

16 - COMODATO:

A entidade possui dois contratos de comodato, sendo um envolvendo veículos e outro de imóveis. Ambos os contratos referem-se ao processo de reestruturação organizacional que foi realizado mediante a Cisão Parcial realizada em 2021 e a Troca de Mantenedora realizado em 2022. O contrato de comodato de veículos realizado com a Provincia Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA não possui valor financeiro de locação para o exercício de 2023. As despesas relacionadas a manutenção, combustível e taxas veiculares são de responsabilidade da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Provincia Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA. Para o contrato de comodato dos imóveis realizado com a Provincia Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA foi estipulado que o montante financeiro para o exercício de 2023 segue o seguinte critério de cálculo: 8% sobre a receita bruta dos Colegios pagos subtrahindo os financiamentos pagos pela SOME. Os gastos com as manutenções dos imóveis são despesas da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Provincia Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA.

17 - EVENTO SUBSEQUENTE:

Até a data da elaboração destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																																																																																				
<p>Examinamos as demonstrações contábeis da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL AMAZÔNIA - PMBSA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros Assuntos</p> <p>As demonstrações contábeis da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL AMAZÔNIA - PMBSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;• obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;• avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. <p>CONCLUSÃO</p> <p>concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <p>• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p> <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Opinião</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Porto Alegre, 07 de Março de 2024.</p> <table><tr><td colspan="5">Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S CRC/RS 7.543/O</td><td colspan="5" rowspan="5">Alexandre dos Santos Valente Contador CRC/RS nº 052.679/O-0-S-SP CNAI 3.330</td></tr><tr></tr><tr></tr><tr></tr><tr></tr></table> <tr><td colspan="10">PARECER DO CONSELHO FISCAL</td></tr> <tr><td colspan="10">Nós abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, no desempenho das funções legais e estatutárias, conforme disposto no artigo 39 do Estatuto, após examinarmos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e os demais documentos financeiros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, tomando por base o Relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.</td></tr> <tr><td colspan="10">Porto Alegre, 12 de abril de 2024.</td></tr> <tr><td colspan="5">Rosmar Rissi CPF 705.715.700-20 Conselheiro</td><td colspan="5" rowspan="3">Marcelo Bonhemberger CPF 015.227.240-28 Conselheiro</td><td colspan="5" rowspan="4">Roger Ariel Perlus CPF 005.917.440-40 Conselheiro</td></tr> <tr></tr> <tr></tr> <tr><td colspan="10">Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.</td></tr> <tr><td colspan="5">DEIVIS ALEXANDRE FISCHER CPF 001.384.830-51 PRESIDENTE</td><td colspan="5">DIEGO OLIVEIRA DA COSTA CPF 017.604.440-06 CONTADOR CRC/RS 09.9510</td></tr>										Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S CRC/RS 7.543/O					Alexandre dos Santos Valente Contador CRC/RS nº 052.679/O-0-S-SP CNAI 3.330					PARECER DO CONSELHO FISCAL										Nós abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, no desempenho das funções legais e estatutárias, conforme disposto no artigo 39 do Estatuto, após examinarmos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e os demais documentos financeiros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, tomando por base o Relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.										Porto Alegre, 12 de abril de 2024.										Rosmar Rissi CPF 705.715.700-20 Conselheiro					Marcelo Bonhemberger CPF 015.227.240-28 Conselheiro					Roger Ariel Perlus CPF 005.917.440-40 Conselheiro					Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.										DEIVIS ALEXANDRE FISCHER CPF 001.384.830-51 PRESIDENTE					DIEGO OLIVEIRA DA COSTA CPF 017.604.440-06 CONTADOR CRC/RS 09.9510				
Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S CRC/RS 7.543/O					Alexandre dos Santos Valente Contador CRC/RS nº 052.679/O-0-S-SP CNAI 3.330																																																																															
PARECER DO CONSELHO FISCAL																																																																																				
Nós abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, no desempenho das funções legais e estatutárias, conforme disposto no artigo 39 do Estatuto, após examinarmos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e os demais documentos financeiros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da PROVÍNCIA MARISTA DO BRASIL SUL-AMAZÔNIA - PMBSA, tomando por base o Relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.																																																																																				
Porto Alegre, 12 de abril de 2024.																																																																																				
Rosmar Rissi CPF 705.715.700-20 Conselheiro					Marcelo Bonhemberger CPF 015.227.240-28 Conselheiro					Roger Ariel Perlus CPF 005.917.440-40 Conselheiro																																																																										
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.																																																																																				
DEIVIS ALEXANDRE FISCHER CPF 001.384.830-51 PRESIDENTE					DIEGO OLIVEIRA DA COSTA CPF 017.604.440-06 CONTADOR CRC/RS 09.9510																																																																															

>>FIQUE POR DENTRO DA CENA EMPREENDEDORA GAÚCHA.
CADERNO GERAÇÃO E.
TODAS AS QUINTAS-FEIRAS, NO SEU JORNAL DO COMÉRCIO.
O Jornal de economia e negócios do RS
Negócio tatuado na pele
Ligue e assine 51 32131313 ou acesse www.jornaldocomercio.com